

LUTAS DE CLASSES E PROCESSOS DE APASSIVAMENTO: Das organizações classistas aos “Novos movimentos”.

CALADO, Joana

Resumo: No presente artigo realizamos uma breve análise sobre as formas de organização da classe trabalhadora sincronizada ao capitalismo contemporâneo pós anos 70, em particular no Brasil. Buscamos desvelar se o capital depende de forma estrutural das dominações específicas para sua sobrevivência ou, se por outro lado, apenas faz uso desses fenômenos em momentos conjunturais. A escolha por esse período histórico se refere às metamorfoses na forma de trabalho concreto, em razão da inserção crescente da força de trabalho feminina. Procuramos, portanto, apreender e desvelar as imbricadas articulações entre a universalidade do fenômeno – o capital e a particularidade da questão aqui tratada – os novos movimentos e as bandeiras reivindicadas. Nesse sentido e partindo da ideia de que o capitalismo necessita revolucionar-se constantemente como forma de garantir sua hegemonia, procuramos entender de que maneira as “reformas possíveis” são utilizadas pelo capital no seu movimento de expansão permanente.

PALAVRAS CHAVE: Classe Trabalhadora; Capital; Novos Movimentos; Reforma; Revolução

1. INTRODUÇÃO

Este pequeno trabalho não tem por proposta fazer uma exegese de todo o processo de exploração em suas múltiplas determinações do sociometabolismo do capital, ainda assim, no sentido apontado, este trabalho se desdobra a partir dos seguintes questionamentos: Tem a classe dominante a necessidade vital de manter as estruturas de dominação das assim chamadas minorias? É o capitalismo estruturalmente antagônico à supressão de fatores de dominação baseados em pressupostos culturais? Até que ponto os elementos teóricos elaborados por Marx na obra *O'Capital* são insuficientes para explicar a dominação de que são alvo as mulheres, ou será, pelo contrário as explicações que colocam a centralidade na dominação é que são insuficientes para explicar os liames da relação entre capital e trabalho que estão na base das dominações específicas?

Dessa forma, buscamos apontar as principais tendências da inserção da força de trabalho à luz do momento contemporâneo de crise e reestruturação do capital (HARVEY, 1999). Com o início da assim chamada reestruturação produtiva verificam-se consequentes transformações nos processos de trabalho provenientes do novo padrão de acumulação capitalista, cuja pedra de toque central é a intensificação da exploração da força de trabalho em geral. Entretanto, a partir da década de 1970 em virtude da crise do fordismo-taylorismo

nascia uma nova forma de organizar a produção no escopo de dar resposta à crise vivenciada, que “se empenha, estrategicamente, numa complicada série de reajustes e reconversões que, deflagrando novas tensões e colisões, constrói a contextualidade em que surgem autênticas transformações societárias.” (NETTO, 1996, p.90). Tais imbricações entre os abalos provocados pelas crises e as concomitantes transformações nos processos de produção e nova configuração da força de trabalho não são causais, elas imprimem todo um conjunto de mediações que se propõem a conservar a lógica do capital. A nova configuração conservadora do capitalismo foi, também, responsável por metamorfoses no perfil da classe trabalhadora. Colocamos, portanto, o desafio de assinalar as modificações resultantes desse momento de expansão do capital.

2. DESENVOLVIMENTO

A escolha pelo período histórico definido como sendo de reestruturação produtiva no Brasil, mais especificamente pós-anos 90, justifica-se pela forma como as determinações de reprodução material se impuseram a toda à estrutura de produção e metamorfoses resultantes nas formas de organização da classe trabalhadora. Processos de metamorfoses que têm por escopo um conjunto variegado de propostas de saída para a crise e a retomada de novos patamares de acumulação tanto pela reformulação dos processos de trabalho quanto pelo aprofundamento dos aparelhos privados de hegemonia condizentes com os interesses das classes dominantes.

De acordo com Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*, para que as leis do capital se mantenham, torna-se fulcral fazer modificações em suas formas de trabalho concreto, como por exemplo, na forma dos processos de trabalho, na configuração dos diversos padrões de acumulação, mantendo-se, no entanto, inalterada a forma de valorização do valor- o trabalho abstrato substância do valor. Logo, para se manter ele mesmo (o capital), *tudo deve mudar para que tudo fique como está*¹. Esse momento de reestruturação dos processos de trabalho tem por característica, o convívio dos velhos processos de trabalho com as novas formas de organização de estruturação da acumulação privada que emergem no intuito de intensificar a produtividade. As transformações, que decorrem dos períodos de crises, têm escamoteado a legislação social protetora do trabalho e gerado impactos diretos no processo de consciência da classe e tem desembocado numa significativa diminuição de trabalhadores sindicalizados. Gesta-se, com isso, uma nova forma de inserção da força de trabalho, que se define por expansão dos processos de

¹ Expressão muito utilizada na obra pelo escritor **Giuseppe Tomasi di Lampedusa (1896-1957)** na obra adaptada para filme *Il gattopardo (O Leopardo)* sobre a decadência da aristocracia siciliana durante o Risorgimento e a adaptação da aristocracia à nova forma de produção que surgia.

subcontratação, arrochos salariais, crescimento do desemprego, retirada de direitos sociais, precarização das condições de trabalho e, em simultâneo, assiste-se a um processo de espraçamento da proletarização dos trabalhadores que se caracteriza por uma força de trabalho mais feminizada e mais qualificada, mas com condições de trabalho precárias.

Ainda, na medida em que se privatizam cada vez mais serviços, tende-se a diluir a fronteira entre trabalhadores públicos e privados. Nesses tempos ficam mais claras as contradições do sistema, onde uma lógica produtora de uma imensa abundância é, também, a responsável por enormes contingentes de miserabilidade, fatores decisivos para animar o capital. Paralelamente, as modificações nos processos de trabalho fizeram-se acompanhar por diferentes formas de formulações práticas e teóricas nas organizações políticas e na luta anticapitalista. Aliás, essas novidades no cenário da ação militante já vinham se consolidando, principalmente, após os processos de contestação iniciados com o Maio de 68. Como pano de fundo dessa transmutação dos movimentos sociais, entre os quais encontramos os movimentos feministas, esteve alguns fatores como: a queda da URSS, a morte das esperanças que o Maio de 68 abriu que sinalizaram uma mudança crucial, marcando profundamente a história das ciências a nível mundial. Assim, com o advento de 68 do século XX explodiu o movimento cultural e político que plasmou de uma forma complexa “a emergência do descompasso entre a intensificação da internacionalização do capital, com seus efeitos sociais múltiplos” (FONTES, 2010, p.176). Tratou-se, portanto de um período do capital que, segundo Harvey, terá representado um marco na caminhada para o pós modernismo que se congrega nos anos 80, até porque as bandeiras de 68 rapidamente foram incorporadas pelo movimento do capital que logrou esgotar e esvaziar o caráter mais radical que nascia dessas manifestações, transformando-o em mercadoria.

Abre-se o processo de centralidade não na individualidade, mas antes, no reforço do individualismo que se espelha numa expressão cultural, que por surgir de um modo específico de produção plasma as características desse modo e dessa sociabilidade. Dessa forma, a subsunção real do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho com seu concomitante e continuo desenvolvimento das forças produtivas sinaliza uma mudança importante, que reverbera profundamente na esfera cultural a nível universal. A classe enquanto expressão de uma totalidade é pulverizada em suas particularidades, que passam a compor um quadro bizarro sem qualquer conexão entre si. Esse movimento de pensar o mundo acabou por reverberar numa parcela significativa dos movimentos sociais que outrora se definiam como movimentos de classe, como, por exemplo, os movimentos feministas. Esses movimentos que adotaram como protagonistas da organização política não mais os partidos e as organizações clássicas da classe, mas sim os designados “Novos

movimentos sociais"², referenciados pela pós-modernidade. Não é, por isso, de admirar que as últimas expressões e manifestações de revolta dos trabalhadores se tenha expressado muito mais em torno de indignações individuais ou em defesa de "um líder" do que pela identidade e reconhecimento de pertencimento a uma classe. A ideia principal assenta no pressuposto de que todos os grupos individuais têm o direito de se representarem e de ter "aceita essa voz como autêntica e legítima, é essencial para o pluralismo pós-moderno" (HARVEY, 1999, p.52).

O pós modernismo significaria o novo que iria substituir as velhas "metanarrativas", tornado-as anacrônicas, eis uma das pretensões da pós-modernidade, "a ciência e a filosofia devem abandonar suas grandiosas reivindicações metafísicas e ver a si mesmas, mais modestamente, como apenas outro conjunto de narrativas. (HARVEY, 1999, p.20). Como resultado desse esforço teórico em abolir a existência das classes sociais, passou a se supor o fim da sociedade do trabalho, tese que ganhou fôlego pela mão do sociólogo Daniel Bell³ e que encontrou solo fértil para plantar suas ideias no terreno dos movimentos sociais. Bell chega à conclusão que seria mais adequado para nossa época histórica definir a sociedade como - sociedades pós-industriais. Nesse campo de estudo, ressignifica-se a fronteira entre a aparência e a essência e a aparência ganha uma capacidade explicativa do real que na realidade não tem, "deixando na sombra a estrutura profunda daquela que é a categoria ontológica central da própria realidade social, a totalidade.". (NETTO, 2011, p.95).

Assim, o marxismo perde terreno para o viés culturalista ou "pós". O Brasil não escapa a essa nova onda, é a partir dos finais dos anos 80 e início dos 90 que vamos sentir mais intensamente em solo brasileiro os efeitos dos "novos movimentos". Vamos, agora, nos debruçar um pouco sobre uma das particularidades desses novos movimentos- o movimento feminista.

Foi, principalmente, com o advento dos anos 90 que os estudos de gênero ganharam grande difusão pelo Brasil. O gênero, segundo Scott compunha uma nova neutralidade não constituindo "uma ameaça crítica" (SCOTT, 1991, p.6) o que facilitava sua proliferação no espaço acadêmico (SCOTT, 1991). Esta categoria gênero nasce no bojo das lutas pós anos 70 e terá se demarcado por duas questões centrais: A primeira delas as lutas cidadãs pela concretização dos direitos e as,

[...] lutas internacionais de teor específico, que se autoproclamavam apolíticas [...] inegavelmente resultaram em conquistas, mas se situaram numa posição ambígua: isolaram dimensões que se

² Um dos responsáveis por essa designação de "Novos movimentos sociais" terá sido Claus Offe (1989). Para mais informações ver obra: Claus Offe, *Trabalho e sociedade. Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. V. 1. A crise. (1989).

³ Sobre este tema ver o livro "The Cultural Contradictions of Capitalism"(1976) da autoria de Daniel Bell.

encontram conectadas desigualmente pelo capital; fortemente dependentes de contribuições voluntárias aparentemente descomprometidas, esqueceram que o dinheiro carrega consigo relações sociais. Daí resultou uma crescente dependência em relação às fontes financiadoras e redirecionadoras estabelecidas pelo capital resultando na aceitação e mesmo no estímulo a um militantismo profissionalizado, “filantropizante” [...] seriam as receptoras das ofertas de financiamento das entidades sem fins lucrativos, mas de base empresarial ou institucional que, crescentemente, procuravam assenhorar-se das entidades combativas de cunho popular. (FONTES, 2010, p.190-191).

Esse feminismo apartado da questão de classe se aproxima em alguma medida do feminismo liberal e socialdemocrata que avança numa articulação umbilical entre governos, ONGs e algumas organizações feministas, sobretudo as que se gestam no seio da academia. Assiste-se, portanto, a uma verdadeira “onguização” dos movimentos feministas. O espraiamento das ONGs para os movimentos feministas foi tão marcante que na década de 90 “esse movimento se encontrou, praticamente, limitado na sua atuação por intermédio das ONGs” (CISNE, 2015, p.143). Esse procedimento acarreta elementos importantes, não só pela “reatualização conservadora trazida pelas ‘novas teorias’” (CISNE, 2015, p.143), como também, pelo processo de institucionalização, fazendo-se acompanhar, também, pelas exigências de financiamento do Banco Mundial. Gênero passou a ser o conceito obrigatório pelos grandes órgãos de financiamento internacional, como o Banco Mundial que “só concede verbas a projetos que apresentem recorte de gênero” (SAFFIOTI, 2009, p.33).

Nessa lógica de institucionalização dos movimentos feministas em parcerias com governos, ONGs e organismos internacionais conformam-se vários projetos na década de 90 voltados para a lógica assistencialista mediante as políticas de “terceirização de serviços e de assistência para mulheres pobres” (NOVELLINO *apud* Cisne, 2015, p.147), viés que falsamente assume uma perspectiva autônoma, uma vez que se trata de um feminismo que sustenta as pautas ideológicas dominantes e das quais o capitalismo faz uso e se alimenta, operando no sentido de atenuar “as tensões”.

Entretanto, nossa principal objeção em relação a esses “novos” movimentos, lastreia-se, no fato de negarem a historicidade da luta de classes e por corolário temos assistido a uma naturalização da ordem vigente como se fosse “o fim da história”. No nosso entender, esta forma de organização teórico-política aproxima-se em muito das formas conservadoras que se vêm contrapondo ao materialismo histórico dialético que fermentou do bojo da luta de classes. Assumindo uma clara postura de desconfiança contra os movimentos de caráter classistas, esses novos movimentos optaram por obscurecer a raiz dos preconceitos e dominações cujas capilaridades têm a origem comum na lógica de subsunção do trabalho e por consequência da vida ao capital. Com isso, adotarem uma postura de renúncia às organizações que remetem para a centralidade da classe, simultaneamente contribuindo para uma cisão entre trabalhadores.

Portanto, em relação ao caráter do trabalho apresentado prevalece a regra específica da sociedade capitalista, diferentemente de formas de produção anteriores, a exploração na

sociedade hodierna tem como pressuposto a igualdade formal de vendedores livres da força de trabalho, logo o capital não dá relevância, à priori, para características ou identidades dos que explora. Onde a desigualdade é hegemônica a indiferença e não a diferença torna-se central. O direito ao reconhecimento do sujeito em suas particularidades e reconhecimento de si, só seria possível numa sociedade onde a igualdade seja substantiva. Portanto, nessa necessidade da busca incessante de valorização do valor “onde o sujeito trabalhador não importa para o capitalismo, importa-lhe somente, sua capacidade de explorar.” (MARX, 1985, p.344) e onde a, “relações entre pessoas assumem a aparência de relações entre coisas”, a expropriação do tempo de trabalho não é responsável, “apenas” pela degradação objetiva e subjetiva do trabalhador (expropriação do tempo de trabalho e expropriação psíquica do estranhamento) ao “qual rouba suas condições normais, morais e físicas de atividade e de desenvolvimento”. (MARX, 1985, p.301) ela, também representa um dilema para o próprio capitalismo e lança luz sobre as brechas do próprio sistema. Como já mencionamos, o capital incorpora metamorfoses no intuito de se manter enquanto capital desprendendo-se, inclusive, de questões morais, ao contrário dos modelos tradicionais, pois “o capitalismo é muito flexível na capacidade de usar, bem como de descartar, opressões sociais particulares” (WOOD, 2013, p.229). No contexto assinalado, interessa-lhe de forma apriorística a capacidade produtiva da mercadoria que compra, isto é, a força de trabalho, o que tende a inibir identidades específicas como a questão de gênero ou racial (WOOD, 2013). Ora, as modificações no trabalho concreto⁴ são concomitantes às transformações das forças produtivas que por sua vez, metaformoseiam-se constantemente, ou seja, o trabalho concreto nunca será o mesmo como, por exemplo: trabalho feminino e masculino (TUMOLO, 1997), isto é, fenômenos que se manifestam na aparência do capital, mas que a ele não são, necessariamente, estruturais. Porém, já em relação ao trabalho abstrato não observamos mudanças qualitativas. Logo, o trabalho abstrato e o valor como fenômeno particular à sociedade do capital “são a mesma coisa no capitalismo do século XIX ou no capitalismo tal como se mostra na atualidade”. (TUMOLO, 1997, p.153).

Assim, apesar da enorme importância em se analisar as singularidades que compõem a classe trabalhadora,

[...] a classe proletária não pode ser apreendida a partir das características concernentes ao trabalho concreto e ao processo de trabalho, mas sim com base na relação social de produção. Assim, do ponto de vista da “classe em si”, proletariado é a classe social antagônica à classe capitalista, que, desprovida da propriedade de qualquer meio de produção, vende sua força de trabalho para aquela classe e que, ao produzir uma mercadoria, produz valor, mais-valia e capital (TUMOLO, 2015, p. 257).

Assim, não se trata de ignorar que o capitalismo lance mão de dominações e preconceitos culturalmente estabelecidos em prol de seus interesses privados. Mas, não é

4 Grosso modo, por características concretas ou úteis consideramos tudo o que se define como fenômenos passíveis de mutações dentro do sistema capitalista. Na lógica descrita, retomemos a análise sobre a inserção da força de trabalho feminina pós anos 70.

tão claro nem simples afirmar que igualdade entre os sujeitos vendedores da força de trabalho seja antagônica ao capital, ou por outras palavras, não é tão evidente que diferenças específicas, como a diferença de sexo na exploração da força de trabalho seja estrutural à sociedade capitalista. São fenômenos que, necessariamente fazem parte da lógica do capital, mas que exigem uma análise cautelosa no intuito de desmistificar seu real papel na engrenagem do desenvolvimento capitalista.

Destacamos, ainda que, o capital ao lançar mão das bandeiras de identidades em que a centralidade está na particularidade do indivíduo como proprietário dos interesses políticos e delas se apropriando transformando em mercadorias, terá contribuído para uma mistificação maior da sociedade de classes. Uma vez que,

[...] legados culturais podem, por exemplo, promover a hegemonia ideológica do capitalismo ao mascarar sua tendência intrínseca a criar subclasses. Quando os setores menos privilegiados da classe trabalhadora coincidem com as identidades extraeconômicas como gênero ou raça, como acontece com frequência, pode parecer que a culpa pela existência de tais setores é de causas outras que não a lógica necessária do sistema capitalista. (WOOD, 2013, p.229)

Buscamos assim, problematizar as explicações sobre a questão da exploração/dominação, estruturalidade/conjunturalidade. No escopo de pincelar possíveis tendências e análises da realidade à qual corresponde determinados desdobramentos táticos-operativos em direção à estratégia comum no campo marxista que é a do fim da sociedade de classes pela emancipação humana.

A partir da obra, *O capital*, adquirimos importantíssimos instrumentos para entender os fenômenos das relações que atravessam a sociedade de classes. Assim, de acordo com o referencial teórico adotado, isto é, o materialismo histórico, as lutas contra as dominações específicas não atuam de forma independente da engrenagem que é o Capital e suas contradições de classes, antes, o pressuposto permanente é a realidade concreta, isto porque ela é “a síntese de múltiplas determinações”, a “unidade do diverso”, que é específico de toda a totalidade (MARX, 1987, p.67).

Logo, a apreensão desse método só é possível pela compreensão das leis que regem o movimento contraditório do capital, “já que o capital é contradição em processo e, por isso, é necessário captar o *movimento do movimento em movimento*”. Tais movimentos que se configuram têm no cotidiano um importante ponto de partida, mas que se expressam em suas aparências de forma desagregada, pois não possibilitam a apreensão da lógica do capital em sua completude.

Neste cenário, como articular a mediação universal da luta de classes com a mediação específica da luta contra as violências específicas?

A história não é o acúmulo de etapas reformistas que nos permite saltos qualitativos, mas sim a superação dos fundamentos sociais que estão na raiz de cada problema.

Assim, a superação do “primeiro patamar” de consciência em direção à consciência de classe exige, necessariamente, uma intervenção teórico-educativa. É aí que entra o papel da formação dos

trabalhadores, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser o de buscar a superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática de militância, quer dizer, oferecendo os instrumentos teórico-metodológicos para que se possa compreender, na radicalidade necessária, não só as questões postas pela luta cotidiana, mas, principalmente, o modo de produção capitalista, sua lógica, seu movimento contraditório, ou melhor, apreender a totalidade social e as questões conjunturais e cotidianas no bojo desta mesma totalidade. Isto porque a realização da revolução implica necessariamente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se pretende transformar. (TUMOLO, 1997, p.8).

Nesse sentido, a realidade clama para que se retomem formas organizativas capazes de dar respaldo as necessidades de organização da classe trabalhadora como, aliás, se verificou após a crise de 2008 em que se resgataram as “velhas” metanarrativas já que as supostamente novas eram incapazes de dar explicações para os consequentes acontecimentos decorrentes das crises do capital. A necessidade sobre a reconstrução da revolução retorna à cena da luta de classes, até porque,

O capitalismo, pelas suas contradições inerentes, caminha no sentido de cada vez mais obstaculizar a satisfação das necessidades humanas da maioria da população global, a construção da ruptura revolucionária se impõe na mesma medida. Dessa forma, navegando contra todos os ventos e modismos, a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária, que pressupõe o desenvolvimento da teoria revolucionária e, dentro dela, o papel decisivo que cabe à formação dos trabalhadores, nunca foram tão atuais como no capitalismo contemporâneo. (TUMOLO, 1997, p. 13)

São movimentos que não só contribuem para a formação de uma identidade de classe como produzem uma consciência na consolidação do trabalhador como sujeito político que age coletivamente contra os instrumentos responsáveis por sua dominação e exploração. Movimento imprescindível do grupo em direção à classe.

3. CONCLUSÃO

Entendemos que a análise da realidade no escopo da transformação revolucionária exige um estudo dos fatores determinantes, estruturais e universais ao Capital, sem o fim dos quais não será possível uma sociedade qualitativamente diferente. Entendemos que categorias concretas como: trabalho abstrato, exploração e classes sociais permanecerão em suas configurações essenciais enquanto o capital existir. Seu fim significaria o desabar do capital, portanto, a superação da exploração e das classes sociais é impossível nos marcos do capital, o que significa que seu alcance compreende reformas estruturais inalcançáveis no terreno dos direitos formais. Nesse ínterim, classe, sexo e raça: dominação e exploração não compõem em si uma interação consubstancial, antes se relacionam tendo por fio condutor e em último caso determinante, o trabalho e as relações de produção que correspondem à lógica econômica vigente, à qual se vincula uma classe que como abstração é composta pelos vendedores de suas forças de trabalho que, por sua vez independe das características úteis de cada força de trabalho.

Caso fosse possível estabelecer reformas, no sentido de enfraquecer a necessidade da exploração, do trabalho produtivo de valor, do fim das classes sociais não seria, pois,

necessária a revolução que possibilitará o fim de todos os males- a propriedade privada dos meios de produção - neste caso poderíamos declarar o capital como o fim da história da humanidade. Porém, em sua lógica orgânica de reprodução, o capital não tem escolha se não destruir uma fatia imensa da humanidade em virtude de satisfazer sua sede de lucro, o que torna a emancipação humana incompatível. Então,

Defender uma política realmente transformadora só pode ser atualmente uma política que não se organize a partir do estabelecimento de institucionalidades e normatividades capazes de permitir o reconhecimento mais exaustivo de predicções dos indivíduos e a consequente ordenação social de diferenças. Ao contrário, ela só pode ser uma política que traga à vida social a potência de um horizonte antipredicativo e impessoal que, a sua forma, Marx foi capaz de trazer através de seu conceito de proletariado (SAFATLE, 2017, p.24)

Isso não significa, ignorar as dominações específicas a que cada grupo identitário está sujeito, mas compreender que suspender essas dominações não significa, necessariamente, um enfrentamento pela derrubada do capitalismo, são reformas necessárias mas insuficientes e que muitas vezes obliteram o alvo estrutural.

No texto *Salário, preço e lucro* de 1860, em resposta ao operário Weston, membro da I Internacional, Marx defendeu a importância do avanço tático por reformas na conquista de melhores salários, na medida, em que atacava a acumulação capitalista. Entretanto, no mesmo texto, expressa os limites e impasses contidos na luta que se limita a reformas parciais, pois se lutava contra os efeitos “mas não com as causas desses efeitos; que está a retardar o movimento descendente, mas não a mudar sua direção; que está a aplicar paliativos, mas não a curar a doença” (1985, p.78). O objetivo estratégico pela emancipação humana exige ao mesmo tempo lutar contra as dominações, mas, também pela superação de sua própria condição de classe, pela superação da forma trabalho que se subsume ao capital e, portanto, a energia das organizações que servem de eixo agregador dos trabalhadores em sua emancipação não pode esquecer o horizonte estratégico “como alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição última do sistema de salários” (MARX, 1985, p.78).

Talvez, não seja possível o fim da conduta humana que passa pela apropriação do outro e sua niilização. Se o capital se opõe ao processo de emancipação das mulheres, dos negros, dos imigrantes é sem dúvida verdade, mas, também não parece menos verdade que se oponha ao dos homens. A emancipação humana é antagônica ao capital, onde a liberdade dos expropriados se resume à liberdade de vender sua força de trabalho num processo de igualdade formal. Entretanto, entendemos que a raiz desta situação não se encontra tanto no fato de que o capitalismo coloque à priori obstáculos à supressão das dominações, mas talvez, porque dentro do capitalismo e sob a égide da propriedade privada dos meios de produção e da forma de trabalho dela decorrente, não seja possível emancipação de nenhum vendedor da força de trabalho. Por outras palavras, a luta pela

emancipação tem que exigir soluções não mais parciais, mas sim radicais e tem, obrigatoriamente, de ser capaz de destruir “completamente as condições da sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, toda sua maneira de ser”. (MARX, 2007, p.123). De fato, para que a emancipação humana se torne possível a revolução é condição central. Várias situações conjunturais concorrem para que se criem as condições necessárias para a possibilidade revolucionária e o da atividade do capital.

Verificamos assim, que a conquista pelas reformas parciais não se confundem com a emancipação, restringem-se a conquistas conjunturais, em que a melhoria das condições de vida dos trabalhadores até pode se concretizar, mas sempre em condições mínimas e em momentos muito pontuais da conjuntura sócio-histórica-econômica. Portanto, “sua realização depende do contexto histórico da correlação de forças e da flexibilidade tática das classes em luta” (TUMOLO, 2013). Assim, em razão das circunstâncias impostas, as contradições estruturais e as tensões imanentes ao capital são insolúveis nesta mesma lógica de produção, parece-nos de certa veleidade projetar a luta emancipatória tendo como pilar central as dominações ou a simples resolução das mesmas, mas, ao mesmo tempo, é necessário ressaltar a importância de se denunciar, desvelar e combater estas dominações ainda antes da modificação estrutural da sociedade.

REFERÊNCIAS

- CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo. Editora Cortez, 2015.
- FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Teoria e história. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2010.
- HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. Loyola, São Paulo, 1999.
- MARX, K. *A ideologia Alemã*. Presença; Martins Fontes, Lisboa, 1985 v.1 e v.2.
- _____. *O Capital*: livro I. São Paulo: Nova Cultural, (V. I T.I e V.I. T.II), 1987.
- NETTO, J.P. Transformações societárias e serviço social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço social e Sociedade*, n50. ANO XVII, abril, 1996.
- _____. *Capitalismo monopolista e serviço social*. Cortez: São Paulo, 2011.
- SAFATLE, V. *O circuito dos afetos*. Autêntica, Belo Horizonte, 2016.
- SAFFIOTI, H. *Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres*. Série Estudos e Ensaios/Ciências Sociais/ FLACSO-Brasil-junho/2009.
- TUMOLO, P. *Da subsunção formal do trabalho à subsunção real da vida social ao capital: apontamentos de interpretação do capitalismo contemporâneo*. http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2000/Aprendizagem_e_conhecimento/Comunicacao/12_38_03_3176.pdf, acessado em 22/03/2015, 1997.
- WOOD, E. *Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. Boitempo, SP, 2013